

JUVENAL GOMES VIANA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA COMO
FERRAMENTA PRÁTICA PARA A FORMAÇÃO HUMANA DOS ESTUDANTES DA
CASA FAMILIAR RURAL DE COQUELÂNDIA MARANHÃO**

IMPERATRIZ – MA

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Viana, Juvenal Gomes Viana.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: A PEDAGOGIA DA ALTERNANCIA COMO
FERRAMENTA PRATICA PARA A FORMAÇÃO HUMANA DOS ESTUDANTES
DA CASA FAMILIAR RURAL DE COQUELÂNDIA - MA. : PEDAGOGIA DA
ALTERNANCIA / Juvenal Gomes Viana Viana. - 2025.

38 f.

Orientador(a) : Professora Dr^a Betania Oliveira Barroso
Barroso.

Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Humanas
- Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz
- Ma., 2025.

1. Educação do Campo. 2. Pedagogia da Alternancia. 3.
Formação Humana. I. Barroso, Professora Dr^a Betania
Oliveira Barroso. II. Título.

JUVENAL GOMES VIANA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA COMO
FERRAMENTA PRÁTICA PARA A FORMAÇÃO HUMANA DOS ESTUDANTES DA
CASA FAMILIAR RURAL DE COQUELÂNDIA MARANHÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de
Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia, do Centro de
Ciências de Imperatriz, da Universidade Federal do Maranhão/
UFMA, campus Imperatriz-MA, como requisito para obtenção do
título de licenciado em Ciências Humanas.

Orientadora: Profa. Dr^a. Betania Oliveira Barroso

Aprovado em: 28 / 02 / 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Betania Oliveira Barroso (Presidente)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof. Ms. Manoel Pinto Santos (Examinador)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof. Dra. Lizandra Guedes Baptista (Examinadora)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

IMPERATRIZ – MA

2025

RESUMO

A presente investigação analisa a Pedagogia da Alternância como ferramenta para a formação humana dos estudantes da Casa Familiar Rural de Coquelândia, Maranhão. A pesquisa analisa a metodologia educacional aplicada no ensino do campo e sua contribuição para a permanência dos jovens nas áreas rurais. Para isso, realiza-se um resgate histórico da educação rural no Brasil, destacando suas transformações ao longo dos séculos e o impacto das políticas públicas na escolarização dos povos do campo. A fundamentação teórica baseia-se nos conceitos da Educação do Campo e nos princípios freireanos, especialmente os contidos em Pedagogia do Oprimido e Pedagogia da Autonomia, que enfatizam a formação crítica e emancipatória dos estudantes. A metodologia adotada é a qualitativa, combinando revisão bibliográfica e pesquisa de campo, por meio da aplicação de questionários a ex-alunos da Casa Familiar Rural de Coquelândia. Os dados coletados indicam que a Pedagogia da Alternância fomenta uma educação contextualizada, de maneira que os estudantes conciliem os conhecimentos escolares com a realidade do meio rural, contribuindo para sua autonomia e permanência no campo. Além disso, destaca-se a importância da participação comunitária e das parcerias institucionais na manutenção desse modelo educacional. Assim sendo, os resultados reforçam que a Pedagogia da Alternância é um instrumento importante para a formação integral dos estudantes, preparando-os para a cidadania ativa, bem como para o próprio desenvolvimento de suas comunidades. Com isso, a pesquisa conclui que a pedagogia da alternância de fato é uma alternativa viável para a educação do campo, visto o fortalecimento das identidades rurais e a valorização dos saberes locais.

Palavras-chave: Educação do Campo. Pedagogia da Alternância. Formação Humana.

ABSTRACT

This research analyzes the Pedagogy of Alternation as a tool for the human development of students at the Casa Familiar Rural de Coquelândia, Maranhão. The study examines the educational methodology applied in rural education and its contribution to the retention of young people in rural areas. To achieve this, a historical review of rural education in Brazil is conducted, highlighting its transformations over the centuries and the impact of public policies on the schooling of rural populations. The theoretical framework is based on the concepts of Rural Education and Freirean principles, especially those found in Pedagogy of the Oppressed and Pedagogy of Autonomy, which emphasize students' critical and emancipatory formation. The methodology adopted is both quantitative and qualitative, combining a literature review with field research through the application of questionnaires to former students of the Casa Familiar Rural de Coquelândia. The collected data indicate that the Pedagogy of Alternation fosters a contextualized education, enabling students to integrate school knowledge with the realities of rural life, thus contributing to their autonomy and continued presence in the countryside. Additionally, the study highlights the importance of community participation and institutional partnerships in sustaining this educational model. Thus, the results reinforce that the Pedagogy of Alternation is an essential tool for the holistic education of students, preparing them for active citizenship and for the development of their own communities. Consequently, the research concludes that the Pedagogy of Alternation is indeed a viable alternative for rural education, as it strengthens rural identities and values local knowledge.

Keywords: Education. Rural. Pedagogy. Alternation. Countryside.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1. Problema	11
1.2 Objetivo geral	11
1.3. Objetivos Específicos	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 retrospectiva histórica da educação no meio rural brasileiro: dos jesuítas ao final dos anos 80 do século 20	12
2.2 A educação no meio rural brasileiro nos períodos colonial e imperial	13
2.3 A educação praticada no meio rural brasileiro da primeira república	14
2.4 Educação do Campo: resgatando a história	17
2.5 Os instrumentos pedagógicos como método para uma educação libertadora	26
3 METODOLOGIA	28
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho de pesquisa conta com a elaboração de cinco capítulos. Primeiramente a introdução, que consta sobre um breve contexto da historicidade da Casa Familiar Rural de Coquelândia, como justificativa e motivação deste trabalho. Depois apresentamos os objetivos geral e específicos, pergunta problema, que é o cerne no que diz respeito ao desenvolvimento do trabalho; em terceiro momento a metodologia, ou seja, como procedi para alcançar os resultados; em quarto momento, a discussão dos resultados; e, por último as considerações finais.

Nesse sentido, fizemos um resgate sobre a história da Educação do Campo, suas leis, diretrizes e resolução (Artigo 28 da Lei 9.394/96 – LDB. E Resolução CNE/CEB nº 1/2002). Depois, um pouco do método pedagogia da alternância, isso embasado teoricamente nos livros de Paulo Freire, Pedagogia do Oprimido e Pedagogia da Autonomia.

Também, buscamos trazer as primeiras experiências com a Pedagogia da Alternância que surgiram na década de 30 na França e foram denominadas Casas Familiares Rurais. Hoje, expandiram-se para os cinco continentes e encontram-se em 43 países, sendo aproximadamente 1.300 Centros Familiares com a mesma concepção, responsabilidade e entrosamento das famílias na formação dos jovens, no sentido de promover o desenvolvimento integral do estudante. No Brasil elas surgem no meio rural em 1969, no Estado do Espírito Santo, com as Escolas Famílias Agrícolas (EFA's).

As experiências com a Pedagogia da Alternância se expandiram pelo país, de modo que a primeira CFR (Casa Familiar Rural) foi criada em Pernambuco, em 1984. Em 1995, foi criada a Associação da Casa Familiar Rural de Coquelândia, um dos povoados da Estrada de Arroz, no Estado do Maranhão, este povoado está há 37 km do Município/Imperatriz. No entanto, a Associação da Casa Familiar Rural de Coquelândia iniciou suas atividades com o Ensino Fundamental com Orientação Profissional em Agropecuária de 5ª a 8ª série, em junho de 1996.

No ano de 2009 iniciou uma turma do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional de Nível Médio com Habilitação em Agropecuária. Em nossa região, houve um primeiro contato em 1992 sem continuação; em 1994 houve um segundo contato com o Sr Pierre Gilly, Irmãos do Campo de Coquelândia, Caritas, trabalhadores da região; a parti daí formou-se um

grupo de trabalho onde se realizou aproximadamente 30 reuniões para consolidar de fato e de direito.

A associação constituída e legalizada início as atividades, com objetivo de contratação de pessoas que deveriam trabalhar na CFR, bem com o apoio junto à secretaria da educação do município de Imperatriz, com a SEDUC do estado, sendo que iniciamos os trabalhos em julho de 1996, com a contratação de dois monitores (técnicos agrícolas), cozinheira e mais tarde um caseiro, todos do município de Imperatriz. É importante lembrar do apoio que foi concedido pela diocese de Imperatriz, pois a mesma disponibilizou o prédio onde funciona a C.F.R. Nesse período a infraestrutura passou por reforma, realizada pela Companhia Vale do Rio Doce em parceria com a Diocese de Imperatriz... Extrato de relatório do monitor Edilson (1998)¹.

Os povos do campo têm uma raiz cultural própria, um jeito de viver, de trabalhar, com isso oferecemos aos jovens do meio rural uma formação integral adequada a sua realidade, que lhes no futuro, como um profissional no meio rural, além de se tornarem homens e mulheres em condições de exercer a cidadania em sua plenitude. Portanto, para melhorar o funcionamento contamos com as parcerias das empresas: Vale do Rio Doce, Suzano, pois esta última mencionada realizou em 2013 a reforma do prédio, adequando as normas do sistema de Ensino Médio.

Olhando a trajetória da CFR de Coquelândia, vimos como é importante seus instrumentos pedagógicos para a construção e produção histórica sobre a educação do campo nos municípios que compõe a região, devido a filosofia educacional adotada pelo método da Pedagogia da Alternância, onde prima pela fixação dos jovens em suas propriedades e comunidades.

1.1. Problema

Qual o diferencial no processo de formação Humana dos estudantes que têm como metodologia de aprendizagem a Pedagogia da Alternância na Casa Familiar Rural de Coquelândia?

¹ Edilson Ferreira, Monitor fundador da CFR de Coquelândia, indicado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Monitor é como a educação do Campo se refere ao professor, por que este não só exerce o magistério, mas é também responsável pela a dinâmica da Casa Familiar Rural (CFR).

1.2 Objetivo geral

Verificar se a proposta pedagógica da Casa Familiar Rural de Coquelândia, com base na pedagogia da Alternância proporciona uma formação que prepara os estudantes para um desenvolvimento humano para o exercício da autonomia.

1.3. Objetivos Específicos

1 – Contextualizar a história da educação rural no Brasil por meio de uma revisão bibliográfica da literatura.

2 – Compreender a importância de Paulo Freire e sua influência com a obra Pedagogia da Autonomia para a Pedagogia da Escola Familiar Rural de Coquelândia.

3 - Compreender a metodologia da Pedagogia da Alternância e sua contribuição para a formação Humana dos estudantes da Casa Familiar Rural de Coquelândia.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 educação rural x educação do campo

A educação no Brasil sempre foi um tema controverso e que envolve diversas problemáticas relacionadas a questões históricas e sociais, pois nem sempre o acesso educação foi amplo e democrático, com grande parte da população não tendo acesso à educação durante os períodos colonial e do Brasil Império.

Durante pouco mais de 300 anos, desde o descobrimento, o Brasil foi uma colônia de exploração, onde as primeiras iniciativas de educação cabiam principalmente aos padres jesuítas. E para os outros estratos da população, com maior poder aquisitivo e social havia uma oferta de educação elitista. (SILVA, 2010)

A educação trazida pelos Jesuítas teve seu início no Brasil Colônia, e acompanhou praticamente, todos períodos históricos, até a sua expulsão em 1759. Apesar disso suas bases educacionais e estruturais, foram durante muito tempo mantidas, sem ter passado por qualquer tipo de reformulação, ainda que isso fosse necessário por conta do aumento populacional e da

Necessidade ampliação de sua oferta para as camadas mais pobres da população (Romanelli, 2002)

Viero e Medeiros (2018) citam que para falar de educação no Brasil é necessário se contextualizar a questão do ponto de vista histórico. Isso porque a educação no Brasil esteve e está subordinada a questões econômicas, políticas sociais e culturais, em função dos interesses do capital. Isso acabou influenciando de forma direta e indireta, as políticas públicas de educação no Brasil, desde seus primórdios.

Ao se falar de educação do campo, conseqüentemente se fala de extensão rural, cujos primeiros registros se dão ainda na antiguidade. Atualmente, a origem da palavra extensão está diretamente ligada às universidades inglesas, na metade do século XIX. Já, deste lado do Atlântico, nos Estados Unidos, no século XX, se tem o primeiro registro da criação de uma entidade de características cooperativas que visava extensão Rural nos Estados Unidos, que tinha o apoio de grandes universidades norte-americanas, que eram chamadas com *land-grant colleges*. estava então institucionalizado o ensino da instituição Rural, o primeiro que se tem notícia na história humana (Peixoto, 2008).

De acordo com Saul e Silva (2014) a proposta educacional de Paulo Freire está voltada para o processo de formação do ser humano que se dá com base em uma historicidade e não se limita aos processos educacionais já institucionalizados. É nesse sentido que o pensamento de Paulo Freire enquanto proposta vai de encontro a uma educação tradicional, porquanto buscam a denúncia de práticas e concepções curriculares escravizadoras por meio da construção de uma educação libertadora. É a partir disso, que o contributo teórico-metodológico e das práxis da docência de Paulo Freire encontram a sua aplicação na educação do campo.

Rocha et al (2018) por sua vez adiciona ao pensamento de Saul e Silva (2014) que os ensinamentos de Paulo Freire são amplamente reconhecidos pois dão ênfase a um aspecto essencial da educação do campo que é justamente do protagonismo de seus participantes em seu próprio processo educativo, enquanto uma condição da construção de sua identidade. Esse processo de construção se dá através da participação dos alunos, dos professores e da comunidade campesina, estando articulados a prática de uma educação do campo, baseada em aspectos culturais sociais e políticos, que buscam transformar a realidade destes dentro de um processo de construção e de reconstrução.

2.2 A educação no meio rural brasileiro nos períodos colonial e imperial

Ribeiro (2000) cita que as primeiras escolas surgiram do Brasil na zona rural. Essas escolas tinham duas funções principais: a primeira delas era catequizar o nativo lhe ensinando uma cultura de origem europeia, e a segunda era o ensino de uma língua não nativa que era português. A outra função era a educação dos filhos dos portugueses, baseada em uma tradição Europeia.

A educação jesuítica difundia para as novas gerações de populações indígenas, a fé católica e os princípios de obediência, além da Língua Portuguesa e dos costumes europeus. Assim as línguas indígenas são diz construídas. Jesus são responsáveis por implementar no Brasil dois tipos de ensino: no primeiro, a instrução básica primária, onde tanto indígenas como filho de português estudava. na segunda categoria estava educação nível médio, que era de estado apenas ao filho do colonizador onde se estudava letras e artes (Olinda, 2002).

No final do período histórico do Brasil Império, já existia uma quantidade considerável de escolas, fundadas por missões religiosas, que ministravam ensino de nível médio nas províncias mais importantes do país, possibilitando a escolarização indivíduos que se situavam tanto na classe média como nas classes mais baixas mais baixas, ou seja, fora dos círculos mais favorecidos social e economicamente (Leite , 2002).

Fernandes (2012) explica que do ponto de vista educacional não se viu no Brasil, nenhum tipo de progresso com relação aos períodos anteriores ou ainda durante o Primeiro Império do Brasil. Esse momento foi marcado do ponto de vista político, por diversas revoltas e onde ainda predominava a elite burguesa. Decerto, que o quadro social e econômico no Brasil continuava praticamente o mesmo início da colonização, com grande diferenciação entre as elites e as classes mais baixas, por conta da concentração latifundiária, de uma economia baseada na escravidão de negros e índios.

A educação no Brasil Império, praticamente avançou muito pouco, pois a legislação Educacional, vem mesmo a Constituição nesse momento histórico não mencionava a educação no meio rural, apesar de que no Brasil ainda predominava na economia de base agrária

Chama atenção fato de que em meados do século XIX, o império decreta a chamada Lei Das Terras, que tinha por objetivo restringir o acesso às terras para negros e lavradores que não tivessem capital financeiro. Dessa forma, a lei permitiu o aumento da desigualdade, da exclusão

social, e da concentração latifundiária. É importante lembrar que nesse momento havia o movimento de abolição da escravatura. Isso fez com que lavradores, sem capital financeiro, e escravos libertos tivessem que vender sua mão de obra. Estes fatos, aliados a imigração Europeia, que levaram a um aumento da população no campo. Consequentemente, no segundo império percebeu-se a necessidade da instituição da educação do campo (Fernandes, 2012).

2.3 A educação praticada no meio rural brasileiro da primeira república

Leite (2002) informa que, com o advento da república no Brasil ao qual se dar com a vitória do chamado liberalismo contemporâneo, durar até as décadas de 40 e 50. Esse liberalismo se opunha aos setores que tinha uma visão de uma economia baseada na agricultura e na exportação, que era antagonista de uma visão de economia urbana e industrial. Com isso, já na chamada República Velha, o Brasil procura-se se inserir na Comunidade Internacional, com uma reformulação da educação brasileira, é a chamada “República Educadora”.

A década de 1930 marca o início da alfabetização no meio rural, com a fundação da Sociedade Brasileira de Ensino Rural, cuja origem se deu com a realização do 1º Congresso Nacional de Ensino Regional, em 1935. Com o advento do Estado Novo, em 1937 dá-se uma maior preocupação com a educação do campo, já que ocorre uma expansão do ensino, junto com uma valorização do folclore. Apesar disso, a valorização desse último ente cultural tinha um viés ideológico, pois era necessário alfabetizar a população com valores baseados na obediência ao estado e ao civismo, pois nesse momento histórico a educação foi aparelhada ideologicamente para servir ao Estado Novo (Oliveira, 2008; Leite, 2002).

Na década de 40, mais precisamente em 1942 a escolarização do meio rural, sofreu o impacto do 8º Congresso Brasileiro de educação, no qual foram novamente enfatizadas as tendências nacionalistas e burgueses presentes no Estado Novo. Com isso, essencialmente, o professor do campo buscava reforçar a ideia de que existia um antagonismo entre a cidade e o campo, demonstrando que a vida nesse último seria muito melhor do que na primeira, procurando assim, se evitar a migração do homem do campo para a cidade, alienando-o política e socialmente (Leite, 2002).

Viero e Medeiros (2018) afirmam que a passagem de modelo econômico baseado na exportação de commodities para o modelo Urbano Industrial trouxe preocupação das elites,

com relação a necessidade de fixação do homem no campo, pois é havia o medo de escassez de mão de obra para o trabalho rural. por isso é necessário que a educação não tivesse o homem no campo, traçando o perfil negativo dos núcleos urbanos surgentes.

A Segunda Guerra Mundial acabou por adiar as discussões solicitadas no início da década de 40 sobre educação no Brasil. Contudo após o término, dessa guerra foi criada a Comissão Brasileira Americana de Educação de populações Rurais (CBAR). Essa organização visava a implantação projetos voltados para educação da população que residia na zona rural. Esses projetos, também buscavam o desenvolvimento de comunidades rurais, com a criação de centro de treinamento, onde seriam realizados seminários, debates e encontros (Leite, 2002).

Brasil e Estados Unidos estabelecer através de Ministério da Agricultura e daí que Inter-America Education Foundation Inc as bases daquilo que viria ser uma educação voltada para o campo, e que deu origem a implementação das chamadas missões Rurais, nesse momento contou com recursos financeiros dos dois países, e capital humano dos Estados Unidos. Esse aporte financeiro inclusive utilizado para capacitação de brasileiros nos Estados Unidos. um outro importante acontecimento é a criação do núcleo embrionário da EMATER, em 1948 com apoio financeiro da América international Associatoin for Economic and Social Development, que se deu em MInas Gerais (Leite, 2002; Oliveira, 1999).

Com a implantação do Programa Extensão de Rural do Brasil acreditava-se que seria possível transformar o homem do campo brasileiro em uma espécie de congênere norte-americano, que também é chamado de Farmer norte-americano. Isso seria possível aplicação de intensivo programa educativo, baseada na bem conhecida eficácia das escolas norte-americanas de administração. O projeto de extensão tinha assim, na família o seu núcleo consolidador, pois tinha um caráter informal, por ocorrer fora da escola, que é tido como ambiente centralizador e baseado em um currículo que não pode ser mudado (Leite, 2002).

A educação rural no campo, também chamada de extensão, teve seu início no Brasil com Projeto Técnico de Agricultura (ETA) que foi implementado em todos os estados do país. Esse projeto era de natureza de cooperação técnica e financeira, que buscava a educação do homem do campo através de ações de extensão Rural. Mais tarde esse projeto, que era privado foi estatizado, por meio da lei 6126 de 6 novembro de 1974, que levou à criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), uma empresa pública (Pithan; Silva, 2016).

Do ponto de vista legal, no início da década de 1960, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional preconizava em seu artigo 105, a obrigatoriedade por parte do poder público, da criação e da manutenção de entidades voltadas para o aprendizado na zona rural, e que tinham como finalidade, a adaptação do homem ao campo, e a formação técnico-profissional. Esse preceito legal possibilitou que tanto, os municípios como, empresas privadas pudessem atuar na educação do campo, traduzindo se, assim, em uma terceirização da educação no meio rural (Viero; Medeiros, 2018).

Outro acontecimento importante é a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) o que ocorreu entre 1950 e 1963. Essa campanha era baseada em pressupostos de organismos internacionais voltados para educação de jovens adultos analfabetos, pela implementação de pequenas comunidades, no interior do Brasil. Essa campanha tinha como meta, uma transformação de mentalidade no homem rural brasileiro, pelo fortalecimento dos laços comunitários. Ainda continuava o propósito de fixar o homem no campo assim como ocorreu no início o Estado Novo. Esse plano foi colocado em prática com apoio das Missões e dos centros rurais de Treinamento que formam professores, e trabalhava na formação técnica dos filhos de agricultores.

Com o fim do regime militar e o processo de redemocratização do Brasil se deu uma renovação ensino educação do campo (movimento social extensionista). Assim em meados dos anos 80, a EMBRATER foi responsável pela implementação de um modelo de desenvolvimento voltado para o campo baseado na viabilidade ecológica e econômica, e na justiça social, dando origem ao primeiro programa nacional de reforma agrária (PNRA). Esse programa foi instituído pelo decreto nº 91766, de 1975, ações destas nadas em um primeiro momento a pequenos produtores e assentados rurais por meio da educação Rural conhecimento de novas metodologias (Oliveira, 1999).

Destaque-se que o regime militar promoveu, uma política de esvaziamento do campo, pois estava alinhado as políticas neoliberais naquele momento histórico, que buscavam deixar mais terras agricultáveis nas mãos dos grandes latifúndios e empresas multinacionais do agronegócio. Com a volta da democracia, a escola passa a ser também, um espaço de luta democrática por conta das diversas concepções de educação popular. É nesse momento que a educação popular, através dos movimentos camponeses atua no sentido, de lutar pela fixação do homem no campo, para que este não ligue para cidades e se torna mais um favelado.

2.4 Educação do Campo: resgatando a história

A educação rural e do campo tem suas raízes ligadas à necessidade de atender populações que viviam fora dos centros urbanos e que, historicamente, tiveram pouco acesso à escolarização formal. No Brasil, a história da educação do campo remonta ao período colonial, quando os jesuítas iniciaram as primeiras experiências de ensino voltadas para indígenas e filhos de colonos. No entanto, esse ensino era voltado principalmente para a catequização e não para o desenvolvimento das comunidades rurais.

As lutas, os debates acerca da Educação do Campo não é algo novo no Brasil. Mas desde meados do século XX, ganharam forças, especificamente nos governos de Getúlio Vargas, na década de 30, (30-34). Tendo um ressurgimento nas décadas de 70 e 80 no período Militar. Vale ressaltar que mesmo no período militar nos anos 60, os grupos sociais e movimentos populares, lutaram por uma educação de qualidade universal, e ganharam forças. Em consequência desse movimento foi-se criado muitas organizações que estão em vigor até os tempos atuais, podemos aqui mencionar alguns: CPT (Comissão Pastoral da Terra), Centro de Cultura Popular, UDN (União Nacional dos Estudantes), mas tiveram suas atividades e suas lutas suspensas com o regime Militar.

Outro momento significativo para esses movimentos e grupos sociais, foi-nos de 1980 e 1990, onde a luta por uma educação do campo ganhou mais adeptos, como professores universitários, intelectuais, sindicatos e associações e outros simpatizantes, assim como os partidos políticos de esquerda, os trabalhadores, a Igreja Católica e outras organizações comunitárias, que engrossaram as fileiras na luta em prol de uma educação do campo que suprisse as necessidades do meio rural.

Durante o século XIX, com a expansão da agricultura e a consolidação da economia baseada no latifúndio, a educação no campo continuou sendo negligenciada. O ensino formal era voltado para as elites urbanas, enquanto a população rural, em grande parte composta por trabalhadores agrícolas, tinha acesso limitado à escolarização. A educação rural passou a ser discutida de forma mais sistemática apenas no início do século XX, especialmente com a influência das ideias da Escola Nova, que defendia a adaptação do ensino às realidades locais.

Nos anos 1950 e 1960, intelectuais como Paulo Freire trouxeram novas perspectivas para a educação popular no campo, enfatizando a importância da alfabetização e da conscientização política. Nesse período, surgiram iniciativas voltadas para a educação de trabalhadores rurais, muitas delas ligadas a movimentos sociais e sindicatos. Entretanto, com a ditadura militar (1964-1985), essas iniciativas foram interrompidas ou reprimidas, e a educação rural permaneceu em segundo plano nas políticas públicas.

A partir da redemocratização, nos anos 1980, os movimentos sociais do campo ganharam força, reivindicando uma educação que respeitasse a cultura e as necessidades dos trabalhadores rurais. Essa luta resultou na formulação do conceito de "Educação do Campo", que se diferencia da simples educação rural por ser um modelo pensado a partir das demandas das populações camponesas. A Constituição de 1988 e, posteriormente, as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo (2002) consolidaram o direito à educação específica para essas comunidades.

Nesse quesito o governo, as elites começaram também a se preocuparem devido o inchaço das grandes cidades, consequência do êxodo rural. Segundo Caldart (2010) em trabalho exposto no XIV ENDIPE, POA, 29 de abril de 2008, a concepção de Educação do Campo:

1. existe para ajudar a lembrar ao mundo, desde o clamor dos camponeses, que em primeiro lugar devem vir as pessoas e não a produção para o negócio.... A Educação do Campo nasceu tomando posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas.

2. nasceu como crítica à realidade educacional da população que vive do trabalho do campo e tomando posição no confronto de projetos de educação: contra uma visão instrumentalizadora da educação, colocada a serviço das demandas de um determinado modelo de desenvolvimento do campo (que sempre dominou a chamada "educação rural"), a afirmação da educação como formação humana, unilateral e de perspectiva emancipatória, vinculada a projetos históricos, de longo prazo.

3. pensa a educação desde a particularidade dos sujeitos que vivem do trabalho do campo, sua realidade, suas relações sociais. Reconhece a especificidade dos processos produtivos, do trabalho, das formas organizativas, das lutas sociais, dos processos culturais do campo e defende que se pense as práticas educativas no seu vínculo com estes processos.

4. assume o desafio do vínculo da educação com processos sociais de formação de novos sujeitos coletivos...

Está vinculada a uma tradição pedagógica que pensa a educação para além da escola, tencionando a visão escola centrista predominante na sociedade capitalista e a própria lógica/forma escolar que lhe corresponde. Entende que romper com a redutora identificação que se construiu historicamente entre educação e escola, e compreender a educação desde os processos de formação

(e deformação) humana que estão presentes nas práticas sociais têm sido desafios importantes para rever as matrizes teóricas dominantes de interpretação e de orientação da educação da classe trabalhadora, bem como para rediscutir o próprio lugar e a tarefa específica da escola nos processos de educação, especialmente se o que temos em vista é alimentar uma práxis emancipatória.

5. tenciona a forma escolar instituída quando não aceita o acesso pelo acesso, a educação pela educação, a escolarização pela escolarização, mas exige que as pessoas entrem na escola como sujeitos, humanos, sociais, coletivos, trazendo a vida real e por inteiro, as contradições sociais, os conflitos humanos para dentro do processo pedagógico, convocando para uma tomada de posição, política, ética diante do próprio conhecimento e dos vínculos que estabelece com o tipo de sociedade e o tempo histórico em que foi produzida... (Caldart, 2010, p. 09-10).

Segundo as Diretrizes da Educação do Campo, (2010) a educação do campo conta com o respaldo legal e exige um tratamento diferenciado e específico. Artigo 28 da Lei 9.394/96 – LDB. E Resolução CNE/CEB nº 1/2002. Como vimos, foi e é através da luta, da resistência que o meio rural conseguiu conquistar o espaço que se tem hoje na educação brasileira. Por isso, queremos dá ênfase a modalidade metodológica, Pedagogia da Alternância que é um diferencial no meio da educação do campo.

Mas é nesse bojo que entra a significativa colaboração de Paulo Freire no seio da educação brasileira, e especificamente na educação do campo. Paulo, aquele incansável lutador por uma educação humanizada, onde levava a alfabetização através não só de ensinar a ler e escrever, mas no ensino da leitura de mundo, da realidade que o rodeia. Isso de forma crítica e equilibrada, dando um salto enorme na metodologia da época, dizendo que basta de educação bancária, e sim ao horizontalíssimo.

As cadeiras nas salas deixam de estarem enfileiradas uma atrás das outras, e se tornam círculos, onde todos vejam os rotos e de quem está na sala de aula, isso para estimular o debate, a troca de saberes, porque ninguém é uma tábua rasa, ou uma folha de papel em branco, todos temos saberes, experiência de vida. É nessa partilha que se dar o aprendizado:

A concepção e a prática “bancárias”, imobilistas, “fixistas”, terminam por desconhecer os homens como seres históricos, enquanto a problematizadora parte exatamente do caráter histórico e da historicidade dos homens. Por isto mesmo é que os reconhece como seres que estão sendo, como seres inacabados, inconclusos, em e com uma realidade, que sendo histórica também, é igualmente inacabada. Na verdade, diferentemente dos outros animais, que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens se sabem inacabados. Têm a consciência de sua inconclusão. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e na consciência que dela têm. Daí que seja a educação um

que fazer permanente. Permanente, na razão da inconclusão dos homens e do dever da realidade (Freire, 1987, p. 12)

Paulo Freire, vem nos orientar que a concepção e a prática bancária de educação, são anti-humanista, e opressora levando o educando a condicionamentos, individuais e coletivos, restringindo ações, atitudes e movimentos que são contrários aos posicionamentos e ideologias do educador, que na verdade é um efetivo cumpridor das ordens estatais opressoras, que massacra desde a Educação Infantil até a Universidade, levando-os a serem apenas depositários de conteúdos que no contexto geral não tem a ver com a realidade.

E nos traz alternativas, como por exemplo: a concepção problematizadora, onde o homem, o educando é agente da sua história, é um ser inacabado, é um processo, está em construção quotidianamente. É sujeito da sua história e não uma coisa, é alguém que tem cultura, e, portanto, tem autonomia no seu ethos. Nessa concepção, o educando tem um aliado, que é o professor, que na metodologia da pedagogia da alternância é chamado de monitor, aquele que dá feedback aos alunos, não é o dono do saber, mas sim os saberes dos educandos importam para o aprendizado tanto do aluno, quanto do professor ou educador.

O professor que pensar certa coisa deixa transparecer aos educandos que uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de intervindo no mundo, conhecer o mundo. Mas, histórico como nós, o nosso conhecimento do mundo tem historicidade (Freire, 1996, p15).

Percebe-se que Freire pauta sempre a formação dos educadores, nas palestras e encontros com professores estava de forma contundente a expressar a sua contribuição no intuito de estimulá-los a formação humanizada e politizada, porque é por intermédio destes que teríamos educandos aptos a exercerem sua cidadania nas suas comunidades, e na sociedade como um todo. Ampliando seus horizontes e fazendo a leitura de mundo de forma crítica e questionadora, não deixando se levar por ideias e ações reacionárias e alienantes.

Mas levantando sua voz diante das injustiças sociais que o sistema corrompido oferece. Portanto, a boniteza do professor e do educando, é ser esse cidadão consciente de seu papel, papel esse que através da produção de seus conhecimentos, que ao mesmo tempo, se aprende também ensina, gerando assim um fortalecimento desses agentes na práxis, que é de suma importância na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Vejo que é possível romper com a velha pedagogia onde quem é protagonista, o detentor do conhecimento é o professor, e nesse método, o da pedagogia da alternância, que trabalha

especificamente com filho de pessoas do campo, é uma perspectiva que já está sendo eficaz para o acontecimento de certas mudanças no campo. Onde já temos diversos jovens egressos que não mais foram a procura de melhorias nas cidades grandes, mas depois de sua formação continuaram nas suas pequenas propriedades e comunidades, fazendo um trabalho diferenciado, respeitando o meio ambiente, fazendo uma agricultura familiar de forma consciente e saudável. Esse pode ser um instrumento estimulador para uma maior organização e mobilização da classe trabalhadora do campo. Vejamos o que nos diz Paulo Freire:

Do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvida de que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades. Toda vez, porém, que a conjuntura o exige, a educação dominante é progressista à sua maneira, progressista “pela metade”. As forças dominantes estimulam e materializam avanços técnicos compreendidos e, tanto quanto possível, realizados de maneira neutra. Seria demasiado ingênuo, até angelical de nossa parte, esperar que a “bancada ruralista” aceitasse quieta e concordante a discussão, nas escolas rurais e mesmo urbanas do país, da reforma agrária como projeto econômico, político e ético da maior importância para o próprio desenvolvimento nacional. Isso é tarefa para educadoras e educadores progressistas cumprir, dentro e fora das escolas. É tarefa para organizações não-governamentais, para sindicatos democráticos realizar. Já não é ingênuo esperar, porém, que o empresariado que se moderniza, com raízes urbanas, adira à reforma agrária. Seus interesses na expansão do mercado o fazem “progressista” em face da reação ruralista. O próprio comportamento progressista do empresariado que se moderniza, progressista em face da truculência retrógrada dos ruralistas, se esvazia de humanismo quando da confrontação entre os interesses humanos e os do mercado. (FREIRE, 1996, p38).

Diante da realidade brasileira nos diz respeito a educação, e em especial as escolas do campo veem se ressignificando em sua organicidade, junto aos movimentos sociais e outros, como movimento dos sem-terra, sindicatos e cooperativas rurais de forma autônomas e conscientes do que terão que enfrentar. Desse modo, esses atores da luta do campo, principalmente os sem-terra, por uma regulamentação fundiária agrária, como uma reforma agrária autêntica, que venha suprir as necessidades básicas destes atores, vem juntos os processos “indenitários”, as questões pertinentes ao gênero, as políticas públicas no que tange uma educação escolar formal que vem suprir os anseios do povo brasileiro.

É nesse bojo, que vejo a pedagogia da alternância como um projeto significativo para formação integral-humana, com dimensão política e pedagógica que de forma contundente estará sendo uma base, ou uma estrutura para uma alavancada na consciência e naturalmente nas práxis dos jovens e consequentemente dos seus familiares, comunidade e a sociedade. Por isso, precisamos de educadores progressistas e engajados politicamente com essa luta, vamos

deixar de ser professores que vivem exclusivamente pelo o salário no fim do mês, de forma que, vivem no comodismo, na desesperança, e fazem o que os detentores do poder querem que é o ensino para a sustentação do sistema podre que está nos consumindo cotidianamente.

Paulo Reglus Neves Freire Nascido em Recife em 1921 é considerado o maior educador brasileiro dentro do contexto da história da pedagogia no mundo influenciando o movimento a pedagogia crítica. Paulo Freire cursou a faculdade de Direito entre 1940 e 1947, estudando ainda filosofia da linguagem, e se tornar professor de língua portuguesa no que era o ginásio, equivalente ao ensino médio dos dias atuais (Zitkoski; Streck, 2008).

A obra Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire propõe uma abordagem pedagógica com base na relação entre professor-aluno e o meio social, sendo considerado uma das principais obras que fundamentam a chamada pedagogia crítica. Neste trabalho o autor lança conceitos associados ao trabalho, a socialização e a formação do ser humano enquanto pessoa e não dentro de uma visão capitalista e cartesiana da educação (Zitkoski, 2007).

Em sua obra Pedagogia da Autonomia, Paulo Freire expõe uma pedagogia direcionada a classe operária de forma, que é esta através do pensamento crítico alcance sua emancipação com relação a direitos, e principalmente no tocante a exploração capitalista. Essa situação passa pelo entendimento do estado social da classe oprimida e ainda pela luta por melhores condições socioeconômicas. Na obra Pedagogia da Autonomia, Paulo Freire questiona aquilo que ele chama de educação bancária e problematizadora, porquanto essas duas vertentes educacionais buscam objetivos totalmente diferentes, uma vez que na educação bancária o que se busca é dominação da classe capitalista sobre a classe operária (Freire, 1987), enquanto que na outra, a perspectiva da educação é crítica e libertadora.

Assim, a Educação bancária na visão de Paulo Freire é o que mantém a relação desigual entre opressores e oprimidos e a pedagogia proposta por ele busca justamente a formação de uma sociedade com mais igualdade e sem opressão. Outro fato que chama atenção é que a obra “Pedagogia da Autonomia” faz um diálogo com seu livro “Pedagogia do Oprimido” pois as duas trazem conceitos relacionados à educação e ao seu poder de transformação da realidade social (Dickmann, 2020).

Outrossim, tanto da obra Pedagogia da Autonomia como o livro Pedagogia do Oprimido, Paulo Freire traz uma concepção de estímulo a criticidade dos educandos, também

de sua independência e reflexividade em relação ao mundo que os rodeia tocante as desigualdades socioeconômicas oriundas do capitalismo (Zitkoski; Streck, 2008).

Para Paulo Freire não existe docência sem discência, pensamento que talvez seja a quintessência do desenvolvimento de sua abordagem teórica, pois para o autor “ensinar não é transferir conhecimento”. E o mesmo ainda adverte que “ensinar é uma especificidade humana”. E em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire desenvolve aspectos relacionados ao método de ensino e no qual se deve respeitar o conhecimento prévio dos educandos, com relação ao que é ensinado. A obra *Pedagogia da Autonomia* justifica-se, tendo em vista o relato das principais ideias relacionadas aos papéis do opressor e oprimido e ainda das condições socioeconômicas dos trabalhadores na sociedade capitalista. Destaca-se, também aquilo que é o fundamento necessário para que a classe operária deixasse de ser oprimida, fato esse que se dá através de uma pedagogia humanizadora (Zitkoski, 2007).

Outro fato, é que a educação deve ser imaginada como uma ferramenta de transformação, e isso deve ser feito pela união da classe operária na busca na reivindicação de melhores condições de vida de trabalho e que levasse uma mudança de paradigma com o término da exploração da classe trabalhadora por parte do empresariado capitalista. Além disso, pode ser salientado que para o empresariado capitalista é bastante incômodo manter a classe proletária debaixo de opressão e de dominação. Contudo, a partir do momento em que ocorre alguma tentativa de quebra da dominação por parte da classe comprimida o empresariado entendi a lutar contra isso (Paulo Jr, 2012)

Sendo assim, a *Pedagogia da Autonomia* é uma pedagogia que busca lutar pela igualdade de condições e também lutar contra os privilégios, fato esse que não é entendido pela classe opressora, visto que essa não consegue ver que na verdade, o que se busca é igualdade e justiça social. Para a burguesia, a *Pedagogia da Autonomia* se traduz em uma espécie de violência contra sua classe (Piletti, 2012).

Para Freire “ensinar não é transferir conhecimento”, ressaltando que existe um distanciamento dentro da prática da educação bancária com relação ao educador e educando, pois, essa relação ocorre de forma desigual. Dentro desse aspecto, o autor destaca a educação bancária, visto que educar não é simplesmente depositar conhecimento na mente do educando, sem se pensar em uma prática da educação flexível e crítica (Freire, 1996).

Portanto, a partir do momento em que houver o rompimento dessa educação bancária, o processo de ensino e aprendizagem mudaria com o aluno deixando de ser um simples depósito de conhecimento, que serve para oprimir a classe trabalhadora dando-se início a processo de transformação em direção a libertação dessa classe oprimida (Zitkoski, 2007).

A educação bancária serve para manutenção do “status quo” das relações sociais que são desiguais em uma sociedade capitalista e além disso, essa mesma educação não transforma, pois não é realizada de forma crítica. É importante frisar que para Paulo Freire, a classe dominante não tem o entendimento do papel que exerce em relação a classe operária ou classe dominada. Surge assim, o papel da educação problematizadora que transformaria esse processo trazendo reflexão e consciência para a classe oprimida (Almeida et al. 2021).

Pode ser acrescentado a ideia de que a burguesia seja industrial ou empresarial não conhece sua condição e nem a compreende que opera a exploração da classe trabalhadora. Consequentemente, a educação para ser libertadora deve se dar através de um processo de reflexão, o que levaria ao desaparecimento gradativo das desigualdades socioeconômicas (Almeida, 2021).

Paulo Freire chama atenção para aspectos como a autonomia do ser do educando, a exigência do bom senso, e ainda dentro de uma visão da luta da classe trabalhadora, o autor considera que processo de ensino também demanda características como a humildade, tolerância e luta pela defesa da classe trabalhadora. São exigências necessárias ainda do ensino, a apreensão da realidade, e a convicção de que a transformação é possível, além da exigência de se cultivar a curiosidade. (Freire, 1996).

Para Paulo Freire o fato de que o ato de ensinar se traduz em uma prática específica do ser humano, também demanda que o docente tenha segurança, generosidade, competência profissional, comprometimento, bem como, a compreensão de que o ato de educar intervém no mundo. Também, é importante salientar que docência exige autoridade e liberdade, e que se tomem decisões de forma consciente, e que esse ato de ensinar, também traz exigência de saber escutar o próximo. E ainda que o processo de ensino também está relacionado a exigência de se reconhecer que toda educação é ideológica, de que ela exige ainda que o docente esteja disponível para o diálogo, e para finalizar aponta-se ainda a exigência de se querer bem aos educandos.

Consoante ao que foi exposto acima vale destacar o pensamento de Paulo Freire com relação a especificidade humana do ensino, pois, ora o ser humano é o único que tem o domínio da linguagem falada e escrita, e também com isso é capaz de exercer a sua curiosidade. Além disso, o autor destaca que o docente seguro de si manter uma relação de amizade com seus alunos sendo democrático.

E ainda, segundo Zitkoski (2007) no pensamento de Paulo Freire à docência demanda que o docente tenha competência profissional, segurança de si, e generosidade, isso porque a segurança está diretamente ligada a autoridade que ele exercerá em sala de aula, que é o fundamento da competência do profissional. Para o autor não existe autoridade, com relação a prática do ensino sem competência profissional, ou seja, o professor deve ter o domínio daquilo que é ensinado.

Chama atenção na obra de Freire a crítica ao neoliberalismo dado que essa ideologia além de ser imobilizante, ainda é fatalista uma vez que dentro da pós-modernidade não permite mudanças na ordem social e histórica visto que na opinião do autor, tal ideologia busca justamente o assentamento das injustiças sociais.

Para Macedo et al. (2020) à docência na obra de Freire pressupõe a existência e ainda que o ensinar demanda um rigor metodológico, também a pesquisa e o respeito dos saberes dos discentes. Com relação a exigência de pesquisa para Freire não existe um sem o outro pois são fazeres que estão interligados. Isso ocorre porque no ensino existe um processo, de indagação, de constatação, de intervenção e com isso ocorre a educação. Isso pressupõe um processo contínuo de aperfeiçoamento por parte do docente.

Talvez o maior ensinamento de Paulo Freire, dado que ensinar não se resume a uma transferência de conhecimento. Conceitualiza-se assim, a educação bancária tão criticada pelo autor. E ainda Freire falar da exigência do respeito com relação a autonomia “do ser do educando”, além do fato o processo de ensino envolve a exigência do bom senso além é claro da luta em defesa dos direitos dos educandos (Zitkoski; Streck; Redin, 2008).

E ainda conforme o processo de ensino se trata então de "especificidade humana" consequentemente isso demanda segurança e competência além de generosidade por parte do profissional docente. O processo de ensino também exige o comprometimento visto que educar é uma ferramenta de intervenção do homem no mundo. Também, é importante que o educador saiba escutar os seus educandos, além de saber reconhecer que o processo educacional é

perpassado por um viés ideológico, que pode ser visto no projeto político-pedagógico da instituição escolar (Dickmann, 2020).

O pensamento de Paulo Freire representa uma crítica com relação ao ensino tradicional baseado numa relação dicotômica entre aluno e professor na qual não existe um processo de reflexão sendo então, o educando considerado como um simples depósito de conhecimento. Esse modelo educacional baseado sobretudo, nos sistemas educacionais europeus e que tem por base o pensamento cartesiano é então criticado por Paulo Freire, para quem, o processo de ensino deve respeitar diversos pressupostos relacionados a vida do educando (Zitkoski, 2007).

Atualmente, a Educação do Campo se organiza em torno de princípios como a contextualização do ensino, a valorização dos saberes tradicionais e a participação ativa das comunidades na definição dos currículos. Modelos como a Pedagogia da Alternância, presente nos CEFFAs, representam um avanço nessa trajetória, pois buscam articular a formação acadêmica com as práticas produtivas e sociais das populações rurais.

2.5 Os instrumentos pedagógicos da Pedagogia da Alternância, para uma educação libertadora

Conforme Gimonet (1999) e Estevam (2003), a pedagogia da alternância surgiu na França em 1935 por iniciativa de um grupo de agricultores franceses que procuravam alternativa ao sistema educacional tradicional e que fosse voltado de modo específico para o meio rural.

Almada (2005) cita que a pedagogia da alternância foi idealizada pelo padre Abbé Granereau na cidade de Sérignac-Pé Boudou que está localizada no interior da França. Foi ele quem fundou aquela que veio a ser a primeira casa familiar rural ou ainda no francês “Maison Familiale”. Dessa forma, Granereau buscava complementar sua missão sacerdotal que para ele não se limitava a celebração de missas ministrações de aula de religião. Na sua Concepção, o seu sacerdócio deveria também abranger a promoção do desenvolvimento socioeconômico das famílias camponesas.

A pedagogia da alternância enquanto alternativa de metodologia de prática Educativa traz uma educação que entendesse as necessidades psicossociais de crianças e adolescentes do campo e que ainda tivesse uma concepção profissionalizante voltado para as atividades

agrícolas e o desenvolvimento é como social dos camponeses na França. A pedagogia da alternância leva esse nome pois os agricultores eram auxiliados por um padre católico onde havia alternância de permanência dos jovens na escola da paróquia com o tempo que eles passaram das propriedades familiares dos agricultores iniciantes do movimento.

De acordo com Nosella (1977) e Pessotti (1978) durante o tempo de permanência na escola ou ainda alternância o ensino era ministrado pelo técnico agrícola e no momento em que os educandos permaneciam na propriedade rural os pais se responsabilizavam pelo complemento das atividades do filho em relação às atividades educacionais. É nesse sentido que a pedagogia da alternância tem em seu lucro principal a conciliação dos estudos com trabalho no campo.

Silva (2005) e Begnami (2006) destacam que a pedagogia da alternância a importância da articulação entre os momentos de estudo escolar em seu meio socio profissional onde esses estão inseridos que é o campo. Essa alternância valoriza o conhecimento acumulado tendo em consideração experiências de vida dos educandos no campo. E por conta disso, indo para além das disciplinas básicas, bem como, do currículo visto pelos alunos e abrangendo ainda temas relacionados à vida comunitária e associativa, bem como em relação ao meio ambiente, tendo em vista uma formação integral do ponto de vista social, profissional e da consciência econômica e política dos estudantes.

No Brasil a pedagogia da alternância teve seu início em 1969 por intermédio do movimento de educação profissional do Espírito Santo (MEPES), movimento este que fundou a escola família Rural Alfredo Chaves, e a Escola Família Rural de Novo Rio do Sul e da Escola Família Rural de Olivânia, sendo que essa última está localizada no município de Anchieta. O principal objetivo dessas escolas em termos educacionais era a formação do homem do campo, e principalmente, em relação à melhoria dos aspectos cultural, econômico e social (Pessotti, 1978).

Nos dias de hoje a pedagogia da alternância conta com diversos centros educacionais localizados no Brasil o que significa também dizer que essas se constituem em diferentes experiências em termos de educação escolar que se valem da pedagogia da alternância, enquanto metodologia, desenvolvidas em escolas família agrícolas (EFAS) e também nas casas familiares Rurais (CFR's).

E além do mais, as diversas entidades que articulam a proposta metodológica da pedagogia da alternância utilizam uma terminologia genérica também conhecida no Brasil como centros familiares de formação por alternância (CEFFAs) que servem para a sua identificação e distinção em relação às instituições escolares tradicionais.

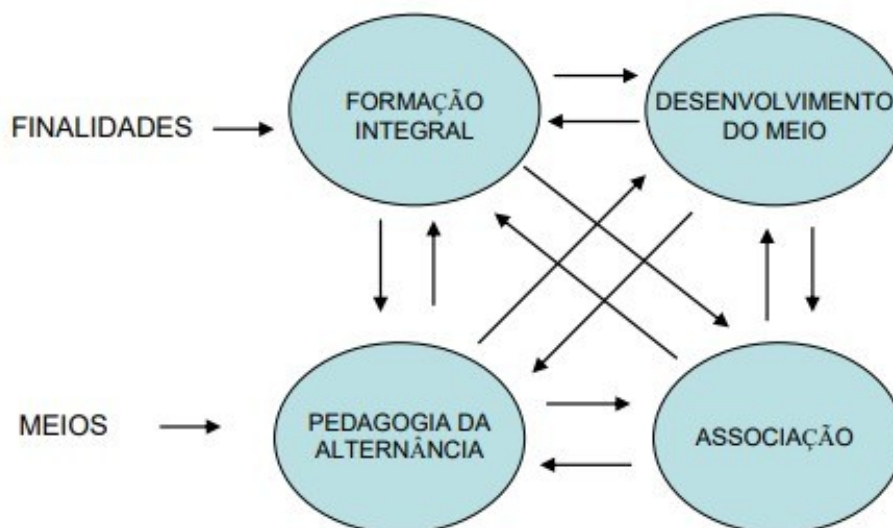
Atualmente, encontra-se em funcionamento do Brasil 243 CEFFAs, que estão localizadas em todas as regiões do país, excetuando-se os estados de Alagoas, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba. E mesmo com o número expressivo de entidades que instrumentalizam a pedagogia da alternância e também de um número expressivo de educadores e educadores essa linha pedagógica ainda é pouco conhecida e discutida dos meus acadêmicos e também pelos órgãos educacionais nas esferas do governo federal e estadual. E é nesse sentido que Queiroz (2002) e Begnami (2004) demonstram pequena quantidade de estudos voltados para a pedagogia da alternância, bem como seus aspectos pedagógicos.

Rodrigues (2020) adiciona que a Pedagogia da Alternância articula tempos de formação escolar e tempos de vivência comunitária, de forma construir um aprendizado baseado na realidade dos estudantes. Para sistematizar tal prática, é necessário passar por uma organização dos processos pedagógicos, de maneira a integrar a teoria e prática, que passa pelo planejamento, acompanhamento e contínua avaliação.

Para sistematizar a pedagogia da alternância, Rodrigues (2020) aponta que se deve definir objetivos específicos para cada realidade. Com isso, problematizar a realidade e permitir a experimentação comunitária é algo essencial, aplicando conhecimento e fortalecendo os ciclos de aprendizagem.

Considerando Centros Familiares de Formação por Alternância – CEFFAs, são instituições que baseiam suas atividades em quatro pilares principais: a formação integral, desenvolvimento, pedagogia da alternância e associação, aos quais não podem ser desenvolvidos de maneira separadas, mas, em articulação, conforme evidencia a figura a seguir.

Figura 1 – Pilares CEFFAs



Fonte: Frazão (2011).

Assim sendo, só é possível consolidar o modelo através de uma grande quantidade de relações sociais que ultrapassam o de aluno-professor. Portanto, é uma pedagogia compartilhada entre os educandos e todos os agentes envolvidos, professores, pais, gestão, instituições, entre outros (Frazão, 2011).

Begnami e Burghgrave (2000) acrescentam acerca do acompanhamento dos processos, de maneira a garantir que sejam os mais efetivos possíveis. Há diversos instrumentos que podem ser utilizados, como o exemplo de diários de bordo, relatórios, registros audiovisuais que auxiliam na sistematização das experiências.

Ao observar os princípios formativos, nota-se uma forte preocupação em construir um ensino que relacione teoria e prática, que fomenta a cooperação no processo de aprendizagem. Como a proposta é levar educação aos trabalhadores do campo, os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs) constroem um vínculo direto entre a escola e a família, de modo que o contato é mais intenso que demais escolas, uma vez que a pedagogia da alternância promove o envolvimento mais ativos dos estudantes com sua comunidade (Begnami e Burghgrave, 2000).

Além disso, a exigência de estágios na chamada “sessão família”, realizados em propriedades da própria região dos alunos, favorece conhecimentos adquiridos na escola sejam compartilhados e incorporados por diferentes setores da sociedade. Dessa forma, o aprendizado

ultrapassa os limites da sala de aula e se torna parte da realidade local (Begnami e Burghgrave, 2000).

Percebe-se que não se trata apenas de formação, mas de impactar na vida destes estudantes. A pedagogia da alternância traz capacitação simultânea, beneficiando tanto os estudantes quanto suas famílias, fortalecendo o desenvolvimento comunitário por meio da educação.

3 METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado para entender o problema proposto e chegamos aos objetivos propostos. Por isso, será levado em conta como metodologia de investigação, a perspectiva da pesquisa qualitativa, que segundo Minayo (2004, p 21-22): “Ela trabalha com um universo de significados, motivos aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações”, o que vem de encontro com o que estamos propondo neste trabalho.

A pesquisa foi realizada na Casa Familiar Rural de Coquelândia (CFR-Coquelândia), situada no povoado de Coquelândia, zona rural do município de Imperatriz, Maranhão. O povoado está localizado aproximadamente 37 km da sede do município e tem uma economia majoritariamente baseada na agricultura familiar e na pecuária.

A Casa Familiar Rural de Coquelândia faz parte da Rede de Casas Familiares Rurais do Brasil e adota a Pedagogia da Alternância como metodologia educacional. Esse método combina períodos de ensino na escola com períodos de vivência e aplicação prática dos conhecimentos nas propriedades dos estudantes.

Nessa perspectiva, foi feita uma investigação de campo, através das observações e entrevistas com alunos egressos, bem como, a pesquisa documental, por meio de arquivos, relatórios, proposta pedagógica e o regimento interno da CFR. Os participantes da pesquisa foram ex-alunos da Casa Familiar Rural de Coquelândia, selecionados por meio de um recorte intencional, considerando aqueles que concluíram a formação na CFR nos últimos anos. Ao todo, participaram da pesquisa oito egressos, com idades variando entre 25 e 50 anos.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionários digitais, aplicados entre 11 de setembro a 24 de outubro de 2024. Os questionários contêm perguntas fechadas e abertas. Para

a análise dos dados coletados, utilizamos a o procedimento de análise de conteúdo de Bardin (2025).

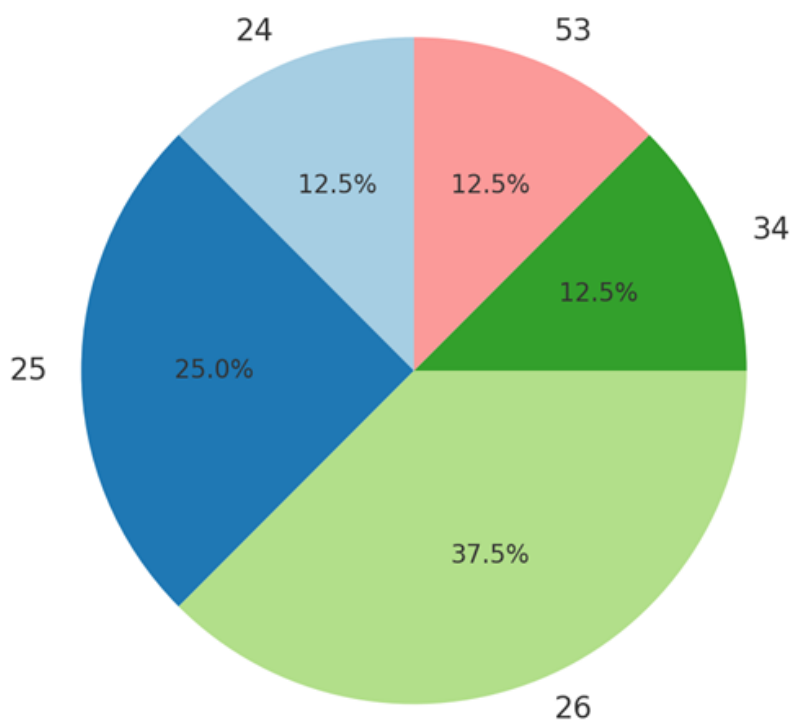
Os sujeitos foram escolhidos com base na disponibilidade para responder ao questionário e na diversidade de experiências após a conclusão do curso. O grupo incluiu indivíduos que permaneceram no meio rural e outros que migraram para áreas urbanas, possibilitando uma análise comparativa sobre a influência da Pedagogia da Alternância em suas trajetórias de vida e trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em conformidade com a metodologia, esta pesquisa desenvolveu a coleta de dados com sujeitos estudantes da escola Familiar Rural de Coquelândia, com o uso da aplicação de um formulário digital. Sendo assim, são apresentados abaixo os dados compilados da pesquisa de campo.

O questionário foi aplicado durante o período de 11/09/2024 a 24/10/2024 sendo que foram coletados 8 formulários, e a primeira questão a ser respondida, foi se as pessoas estavam trabalhando e se sim, se o seu trabalho estava relacionado ao meio rural ou urbano. Foram coletadas 8 respostas, e 7 pessoas relataram estarem trabalhando no meio rural, enquanto que uma não estava tendo nenhum tipo de ocupação nesse momento.

Figura 2 – Distribuição percentual das idades



Fonte: Autor (2024)

Quanto ao aspecto demográfico da amostra, a análise revelou que a média de idade foi de 30,57 anos, com 4 participantes com a idade abaixo dos 30 anos, 01 participante na faixa etária entre os 30 e os 40 anos e 01 participante com idade acima de 50 anos e sendo que dois participantes não responderam.

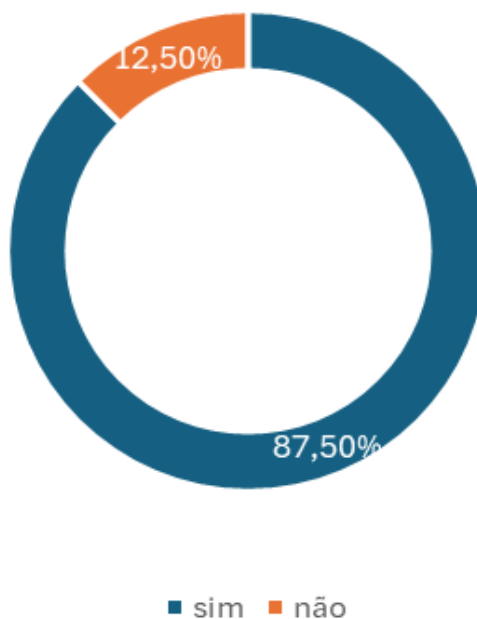
Com relação ao perfil de trabalho dos estudantes 87,50% responderam está trabalhando enquanto 12,50% responderam que não estão trabalhando no momento. Os dados da ocupação da figura 2 coincidiram com da figura 3 em termos percentuais, indicando a efetividade da educação do campo para que os estudantes permanecessem em suas comunidades.

De acordo com Cordeiro, Reis e Hage (2011) a pedagogia da alternância é uma mãe da teologia que busca justamente favorecer a permanência os jovens e adultos no campo que vêm como acesso ao conhecimento relacionado ao meio rural, embora isso antes fosse dificultado por falta de uma educação que não levava em consideração os saberes da vida rural.

Uma outra pergunta proposta para a pesquisa de campo foi sobre a ocupação dos estudantes, visto que a ocupação, ou seja, o trabalho para o indivíduo no mundo atual revela em

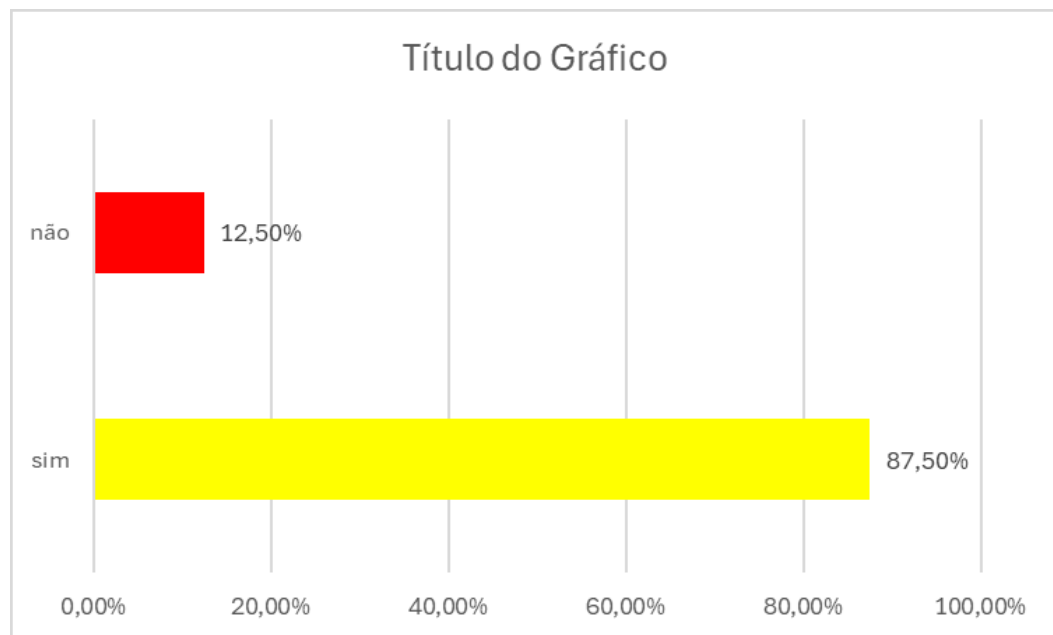
muitos casos a sua identidade, pois de certa forma as pessoas são mais conhecidas por aquilo que elas fazem do que por aquilo que elas são no contexto capitalista (Guitar, 2011).

Figura 3 – Ocupação dos estudantes



Fonte: Do Autor (2024)

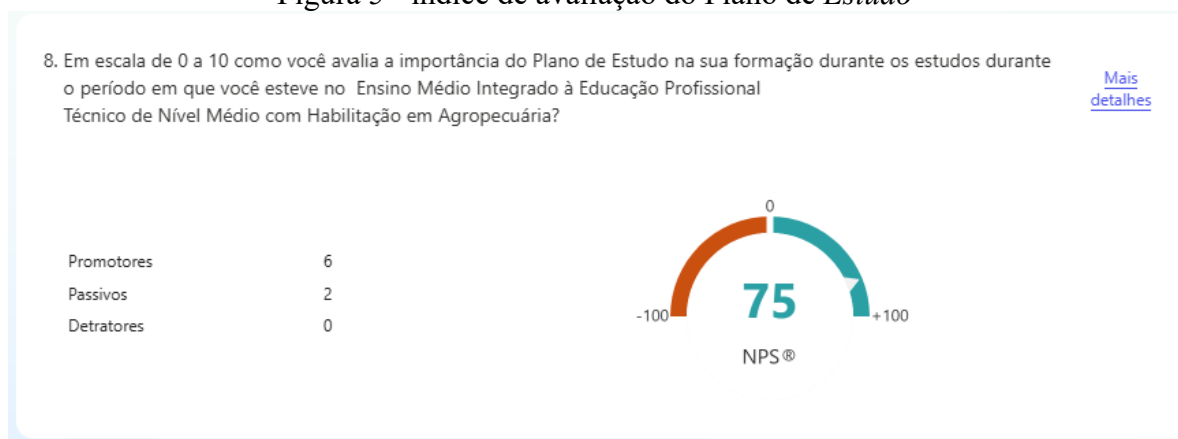
Figura 4 – Ocupação Meio Urbano x Meio Rural



Fonte: Do Autor (2024)

Verifica-se diante do gráfico acima o percentual de 87,50% a eficácia e efetividade da pedagogia da alternância que visa justamente quebrar o paradigma dos jovens que saem do campo para a cidade e que muitas vezes viram trabalhadores sem qualificação habitando nas periferias em condições socioeconômicas de vulnerabilidade, ao contrário do que aconteceria se estivesse vivendo no campo. Desse modo, o gráfico demonstra que a maioria dos sujeitos da pesquisa, permanecem no campo com a ocupação na agricultura familiar.

Figura 5 - índice de avaliação do Plano de *Estudo*



Fonte: Autor (2024)

Com base na análise de conteúdo de Bardin (2015), observa-se que as respostas variaram das mais simples as mais elaboradas, que se reflete provavelmente em uma maior ou menor capacidade de retenção dos conhecimentos que foram repassados em sala de aula, muito embora, signifique como demonstrado no gráfico de ocupação meio urbano, versus meio rural que 87,50% dos respondentes encontram-se trabalhando no campo.

Além disso, a permanência do homem no campo se constitui um tema de debate central em diversas discussões acerca da agricultura familiar sendo que diversos fatores como políticas públicas condições socioeconômicas e a própria diretora familiar influenciam a decisão do jovem em permanecer no campo. Dessa maneira, a falta de políticas públicas os conflitos familiares e aspectos relacionados à formação de educação do campo muitas das vezes são cruciais para que haja uma fixação do homem do e que não parta para os grandes centros urbanos (Oliveira; Mendes; Vasconcelos, 2021)

Dentro da pesquisa de campo, foi proposta a pergunta: “O que você entende por Pedagogia da Alternância”? Para a verificação a dos alunos com relação ao impacto da pedagogia da alternância em sua formação acadêmica e na sua vida após o término dos estudos.

Quadro 1 – Compreensão dos participantes sobre Pedagogia da Alternância

Respondente	Resposta
1	Forma de ensino alternada;
2	Cuidados e planos para o desenvolvimento no meio rural;
3	Pedagogia da alternância é um método muito bom, para aquelas pessoas que moram no campo, faz com que adquiram mais conhecimento no seu dia tanto na prática como na teórica. É importante debater conhecimentos para desenvolver um bom trabalho com respeito e harmonia com isso você está se tornando um bom profissional e um cidadão do bem;
4	É uma boa oportunidade para os jovens;
5	A pedagogia da alternância é uma metodologia educativa que combina períodos de

- aprendizado teórico com a aplicação prática em suas casas;
- 6 É o processo pelo qual os alunos passam 15 dias estudando, e trabalhando, ao mesmo tempo. Que tem aulas teórica e prática na própria escola na qual ele ou ela está estudando. Assim, quando voltar para sua comunidade, possam colocar em prática o que aprendeu para com os membros da sua família e da comunidade;
- 7 Aprender a Convivência
- 8 A metodologia de ensino que visar a formação integral do estudante do campo;

Fonte: Autor (2024).

A partir da leitura na tabela a cima verifica-se a variação das respostas, das mais elaboradas para as mais simples, possibilitando visualizar alguns impactos da pedagogia da alternância sobre os alunos e suas experiências no contexto desse processo de ensino aprendizagem.

Com isso, podem ser destacadas falas dos respondentes 3, 5 e 6 que foram as respostas mais elaboradas dentre os participantes, permitido também a inferência de que sobre estes a pedagogia da alternância teve o maior impacto do que sobre os outros alunos, muito embora também, deve-se levar em consideração outros aspectos na resposta do questionário como: tempo disponível, a familiaridade com ferramentas digitais e o acesso à internet.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conformidade com o exposto no bojo desta investigação, ao qual tratou acerca da pedagogia da alternância trabalhada na Casa Familiar Rural de Coquelândia, de maneira a ser uma metodologia educacional de valorização da Educação do Campo. Com isso, a literatura apontou que a pedagogia supramencionada é um método que de fato traz uma formação integral dos discentes, promovendo o aprendizado, bem como, das habilidades voltadas para a realidade rural.

Os dados coletados apontam que a pedagogia da alternância contribui para a permanência dos jovens no campo, de maneira a ofertar uma formação que alia teoria e prática, respeitando o contexto sociocultural e econômico dos estudantes. A alternância entre períodos de formação escolar e vivência comunitária trouxe aprendizado significativo, no qual os alunos aplicam os conhecimentos adquiridos em sala de aula em suas propriedades e comunidades, fomentando o fortalecimento da agricultura familiar e da economia local.

Quanto aos objetivos, estes consistiam em contextualizar a história da educação rural no Brasil por meio de uma revisão bibliográfica da literatura. Esse objetivo foi atendido ao longo do trabalho, principalmente no capítulo dedicado à fundamentação teórica. Foram abordadas as transformações da educação do campo desde o período colonial até os dias atuais, com ênfase nas políticas educacionais voltadas para as populações rurais.

No que tange o objetivo de compreender acerca da relevância de Paulo Freire sua influência na Pedagogia da Alternância, com base na obra “Pedagogia da Autonomia”. Esse ponto foi contemplado ao demonstrar como a Pedagogia da Alternância incorpora conceitos freireanos, como a valorização do conhecimento prévio dos estudantes, a aprendizagem contextualizada e a autonomia do sujeito no processo educativo.

A pesquisa ressaltou acerca da Casa Familiar Rural de Coquelândia que adota práticas pedagógicas alinhadas ao pensamento de Paulo Freire, tendo uma educação crítica e libertadora. A alternância entre momentos de estudo na escola e na comunidade estimula o aprendizado significativo e participativo, rompendo com a lógica da educação tradicional bancária, criticada por Freire.

No que se refere a compreender a metodologia da Pedagogia da Alternância, e sua contribuição para a formação humana dos estudantes da Casa Familiar Rural de Coquelândia, os dados coletados por meio da pesquisa de campo confirmaram que a metodologia utilizada na CFR de Coquelândia tem impacto direto na vida dos estudantes, de maneira que permanecem no campo e atuam de maneira ativa no desenvolvimento de suas comunidades. Os dados indicam que a maioria dos egressos continuam trabalhando no meio rural, o que reforça a eficácia da pedagogia da alternância na formação de sujeitos críticos e engajados com sua realidade.

Vale mencionar que a pedagogia da alternância é conhecida com a considerável parcela de tempo, desde a década de 1930 na França, tendo origem em grupos de agricultores que

buscavam uma alternativa ao sistema educacional da época o que fosse voltado para as especificidades do meio rural, sendo o seu principal idealizador o padre Abbé Granereau.

Os franceses se tornaram pioneiros em uma abordagem educacional que além de inovadora estava diretamente voltada para a educação do campo pois essa buscava a integração da teoria e da prática dos saberes dos camponeses valorizando também a realidade nas pequenas propriedades rurais. Na pedagogia da alternância ocorrem momentos de aprendizado na escola alternador, e com aumentos de vivência dos saberes do campo, daí se originando seu nome pedagogia da alternância.

Diante do exposto, conclui-se que todos os objetivos específicos foram alcançados, com um entendimento acerca do impacto da Pedagogia da Alternância na formação dos estudantes da CFR de Coquelândia, tendo em vista, que este modelo pedagógico colabora de forma praxica para a formação integral do estudante, bem como, para a transformação humana e social deste. Entretanto, vale lembrar ainda que a pesquisa também revelou desafios a serem enfrentados, em face da necessidade de maior apoio governamental e de políticas públicas para a consolidação e ampliação desse modelo.

Por fim, sugere-se que pesquisas posteriores aprofundem a análise da trajetória profissional e social dos egressos da Casa Familiar Rural de Coquelândia, investigando como a formação recebida impactou sua inserção no mercado de trabalho e sua participação na comunidade. Além disso, um estudo comparativo com outras Casas Familiares Rurais poderia contribuir para a identificação de boas práticas e desafios comuns, possibilitando a melhoria contínua desse modelo educacional.

REFERÊNCIAS

ALMADA, Francisco de Assis Carvalho de. **A EXPERIÊNCIA EDUCATIVA DE UMA CASA FAMILIAR RURAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL**. 2005. 118 f. Dissertação de mestrado (Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento Socioambiental) - Mestrando, Belém, 2005. Disponível em: <https://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Dissertacoes/2005/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Almada%202.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2024.

ALMEIDA, Sara Ferreira de et al. **Educação do Campo como expressão do legado de Paulo Freire: educar para a liberdade na licenciatura por meio da Pedagogia da Alternância e do Projeto de Estudo Temático**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/16624/209209214346>. Acesso em: 9 out. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 1. ed. [S. l.]: Edições 70, 2015. 288 p.

BEGNAMI, João Batista; BURGHGRAVE. Trierry (orgs). **Verbetes sobre os Instrumentos Pedagógicos nos CEFFAS, In: AMEFA: Projeto /Pedagógico da EFA**. Belo Horizonte: 2000.

CALDART, R. S. **Educação do Campo**. Notas para uma análise de percurso. 2010.

CORDEIRO, Georgina N. K. ; REIS , Neila da Silva ; HAGE, Salomão Mufarrej . Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo. **Em Aberto**, v. 24, n. 85, p. 115–125, 2011. Disponível em: <<https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/PEDAGOGIA-DA-ALTERN%C3%A2NCIA-E-SEUS-DESAFIOS.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2023.

DICKMANN, Ivo. Paulo Freire: **Método e didática**. [S. l.]: Livrologia, 2020. 162 p.

ESTEVAM, D. O. **Casa Familiar Rural Casa Familiar Rural: a Casa Familiar Rural formação com base na Pedagogia da Alternância**. 2003. 126 p. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2003.

FERNANDES, Ivana Leila Carvalho. **Educação do Campo: a trajetória de um projeto de mudanças para os povos do campo**. Revista Educação Popular, v. 11, n. 2, p. 58–69, 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/download/20299/11893/>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo, Paz e Terra, 1987.

GIMONET, J. C. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as Casas Familiares Rurais de Educação e Orientação. In: **Seminário Internacional da Pedagogia da**

Alternância: Alternância e Desenvolvimento, 1., 1999. Anais... Salvador: UNEFAB, 1999, p. 39-48.

GUITART, Moises Esteban. The consumer capitalist society and Its effects on identity: a macro cultural approach. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 11, n. 21, p. 159-170, jun. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000100012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 dez. 2024.

LEITE, Sergio Celani. **Escola Rural:** Urbanização e Políticas Educacionais. São Paulo: Cortez, 2002. 120 p.

JR., Paulo G. **As Lições de Paulo Freire:** Filosofia, Educação e Política. Barueri: Manole, 2012.

NOSELLA, P. **Uma nova educação para o meio rural:** sistema Uma nova educação para o meio rural tização e problematização da experiência educacional das Escolas da Família Agrícola do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo. 1977. 204 p. Dissertação (Mestrado)- Pontificia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 1977.

OLINDA, Sílvia Rita Magalhães De. **A Educação no Brasil no Período Colonial: Um Olhar Sobre As Origens Para Compreender.** Sitientibus, n. 29, p. 153–162, 2002. Disponível em: http://www2.uefs.br:8081/sitientibus/pdf/29/a_educacao_no_brasil_no_periodo_colonial.pdf.

OLIVEIRA, Mara Rita Duarte de. **Dos Programas Oficiais para a Educação Rural aos Projetos de Educação do Campo dos Movimentos Sociais.** Revista Labor, Fortaleza, v. 1, ed. 1, p. 68-79, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6672/4877>. Acesso em: 19 jun. 2024.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. **As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil.** Cadernos de ciência & tecnologia, v. 16, n. 2, p. 97–134, 1999. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8898>.

OLVIEIRA, Márcia Freire; MENDES, Luciano; VASCONCELOS, Andrea Costa van Herk. **Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG.** Revista De Economia e Sociologia Rural, v. 59, n. 2, 2021.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão rural no Brasil:** uma abordagem histórica da legislação. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2008. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>. Acesso em: 19 jun. 2024.

PESSOTI, A. **Escola da Família Agrícola:** escola da Família Agrícola uma alternativa para o ensino rural. 1978. 194 p. Dissertação (Mestrado)- Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 1978.

PILETTI, Claudino Piletti, N. **História da Educação: De Confúcio a Paulo Freire** — nova edição. 2nd ed. São Paulo: Editora Contexto, [2012]. E-book. p.1. ISBN 9786555410679. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555410679/>. Acesso em: 15 out. 2024.

PITHAN E SILVA, Rosana de Oliveira. **Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: um pouco de sua história. Análises e Indicadores do Agronegócio**, [s. l.], v. 11, ed. 5, 2016. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/AIA/AIA-33-2016.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2024.

ROCHA, Sheila de Fátima Mangoli et al. **Contribuições dos Quefazeres de Paulo Freire para a educação do campo hoje**. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 18, n. 58, p. 949-973, jul. 2018. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2018000300949&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 ago. 2024. Epub 06-Fev-2020. <https://doi.org/10.7213/1981-416x.18.058.ao04>.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 27. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

RODRIGUES, A. C. Lima. **CONHECENDO A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA**. 2020. Disponível em: <https://profept.ifma.edu.br/wp-content/uploads/sites/57/2020/08/Anny-Camila-MANUAL_CONHECENDO_A_PEDAGOGIA_DA_ALTERN%C3%82NCIA.pdf>

SAUL, Ana Maria; FERNANDO, Antonio. **A Matriz de Pensamento de Paulo Freire: Um Crivo de Denúncia-Anúncio de Concepções e Práticas Curriculares**. Revista e-Curriculum, v. 12, n. 3, p. 2064–2080, 2014.

SILVA, Odair Vieira da. **Trajetória Histórica da Educação Escolar Brasileira: Análise Reflexiva sobre as Políticas Públicas de Educação em Tempo Integral**. Revista Científica Eletrônica de Pedagogia, [s. l.], 2010. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/RZlpLbZvikizJtb_2013-7-10-12-0-56.pdf. Acesso em: 18 jun. 2024.

VIERO, Janisse; MEDEIROS, Liziany Müller. **Princípios e concepções da educação do campo**. 1. ed. Santa Maria: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2018. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/06/Principio-e-concepcoes-da-educacao-no-campo-final-1.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

ZITKOSKI, Jaime J. **Paulo Freire & a Educação**. 2nd ed. São Paulo: Autêntica Editora, 2007.

ZITKOSKI, Jaime J.; STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides. **Dicionário Paulo Freire**. 2nd ed. São Paulo: Autêntica Editora, 2008

ANEXO A

Esse termo pode ser ajustado conforme as especificidades do estudo e da instituição responsável pela pesquisa.

Obrigatório

1. Ao responder essa pesquisa você estará concordando com os termos e condições.

Concordo com os termos

Não concordo com os termos

2.Qual a sua idade?

3.Em que ano você terminou seus estudos na Casa Familiar Rural de Coquelândia?

Introduza a sua resposta

4.Atualmente você está trabalhando?

5.Se, sim, a sua ocupação está relacionada ao campo ou ao meio urbano

6.O que você entende por Pedagogia da Alternância?

7.Atualmente se você trabalha com Agricultura Familiar?

8.Em escala de 0 a 10 como você avalia a importância do Plano de Estudo na sua formação durante os estudos durante o período em que você esteve no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

Técnico de Nível Médio com Habilitação em Agropecuária?

9.Marque abaixo, o quanto os ensinamentos obtidos na Casa Familiar Rural de Coquelândia foram importantes na sua formação acadêmica e cidadã e na vida no campo?